

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022

# ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022

## Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Administradores e Conselheiros da  
Associação Obras Sociais Irmã Dulce  
Salvador - BA

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Obras Sociais Irmã Dulce ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Obras Sociais Irmã Dulce em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros - ITG 2002 (R1).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis.

### Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis da Associação Obras Sociais Irmã Dulce para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 18 de outubro de 2022 com opinião sem modificação sobre estas demonstrações contábeis.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros - ITG 2002 (R1), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 23 de junho de 2023.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.  
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - BA

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Manuel Perez Martinez Junior'.

Manuel Perez Martinez Júnior  
Contador CRC 1 BA 025458/O-0

# ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

## Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2022	2021		Nota explicativa	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	114.673	102.029	Fornecedores	10	32.817	28.135
Contas a receber	5	7.791	21.791	Empréstimos e financiamentos	11	5.448	5.272
Estoques	6	32.843	21.021	Obrigações tributárias		3.286	2.859
Convênios a receber	7	68.360	35.648	Obrigações sociais e trabalhistas	12	40.760	36.937
Outros ativos		-	381	Provisão para rescisões trabalhistas	13	27.490	21.252
		<b>223.667</b>	<b>180.870</b>	Recursos de convênios em execução	7	24.804	96.241
				Outras contas a pagar		104	941
						<b>134.709</b>	<b>191.637</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Depósitos judiciais	8	1.389	819	Empréstimos e financiamentos	11	13.974	2.716
Outros ativos		1.009	618	Provisões para riscos processuais	14	9.909	9.462
Imobilizado	9	47.356	46.869	Recursos de convênios em execução	7	98.102	-
Intangível	9	1.183	1.371	Outros		-	3
		<b>50.937</b>	<b>49.677</b>			<b>121.985</b>	<b>12.181</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>	15		
				Fundo patrimonial		8.198	8.198
				Doações e subvenções		19.705	19.705
				Reserva de reavaliação		10.509	10.669
				Déficits acumulados		(20.502)	(11.843)
						<b>17.910</b>	<b>26.729</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>274.604</b>	<b>230.547</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>274.604</b>	<b>230.547</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2022	2021
<b>Receitas operacionais brutas</b>			
<b>Com restrição:</b>			
Programa de saúde/convênio		24.616	20.368
Programa de saúde	16	376.900	387.590
Programa de assistência social	17	3.509	2.183
Rendimentos financeiros-saúde		2.583	469
Subvenções(mat/med)		3.629	-
		<b>411.237</b>	<b>410.610</b>
<b>Sem restrição</b>			
Sistema único de saúde - PO	18	175.600	160.942
Doações		19.911	20.385
Vendas de produtos e mercadorias		18.993	13.892
Outros recursos recebidos		3.039	4.109
		<b>217.543</b>	<b>199.328</b>
<b>Custo dos serviços prestados</b>			
Saúde	19	(554.942)	(548.578)
Assistência social		(26.452)	(24.801)
		<b>(581.394)</b>	<b>(573.379)</b>
<b>Resultado operacional bruto</b>		<b>47.386</b>	<b>36.559</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas com pessoal	20	(19.463)	(13.114)
Despesas gerais e administrativas	21	(36.095)	(33.623)
Materiais diversos		(1.788)	(1.673)
Depreciação		(756)	(1.438)
Outras receitas operacionais, líquidas		3.750	3.310
		<b>(54.352)</b>	<b>(46.538)</b>
<b>Déficit antes do resultado financeiro</b>		<b>(6.966)</b>	<b>(9.979)</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras		1.034	612
Despesas financeiras		(2.887)	(1.337)
		<b>(1.853)</b>	<b>(725)</b>
<b>Déficit do exercício</b>		<b>(8.819)</b>	<b>(10.704)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

## Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Déficit do exercício	(8.819)	(10.704)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(8.819)</u>	<u>(10.704)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



# ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Patrimônio Social		Doações e subvenções para investimentos	Reserva de reavaliação	Total
	Fundo patrimonial	Déficit acumulado			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	8.198	(1.303)	19.705	10.833	37.433
Realização da reserva de reavaliação	-	164	-	(164)	-
Déficit líquido do exercício	-	(10.704)	-	-	(10.704)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	8.198	(11.843)	19.705	10.669	26.729
Realização da reserva de reavaliação	-	160	-	(160)	-
Déficit líquido do exercício	-	(8.819)	-	-	(8.819)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	8.198	(20.502)	19.705	10.509	17.910

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Déficit do exercício	(8.819)	(10.704)
<b>Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais</b>		
Depreciação	6.627	4.037
Amortização	307	-
Provisões para rescisões trabalhistas	6.238	6.573
Valor residual do ativo imobilizado baixado	(2.683)	230
Provisão para perda nos estoques	62	229
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa - Contas a receber	(268)	-
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa - Convênios a receber	(3.478)	-
Provisão para perdas em processos judiciais	447	-
	<b>(1.567)</b>	<b>365</b>
<b>Aumento/(redução) nos ativos e passivos operacionais:</b>		
Contas a receber	10.520	(1.728)
Estoques	(11.822)	(4.517)
Convênios a receber	(29.234)	(16.295)
Outros ativos	(14)	2.136
Depósitos judiciais	(570)	902
Fornecedores	4.682	6.873
Obrigações trabalhistas e tributárias	4.250	9.327
Recursos de convênios em execução	34.516	36.357
Outras contas a pagar	(939)	(338)
	<b>11.389</b>	<b>32.717</b>
<b>Caixa líquido oriundo das atividades operacionais</b>	<b>9.822</b>	<b>33.082</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Adições ao imobilizado	(11.085)	(13.775)
Adições ao intangível	(119)	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(11.204)</b>	<b>(13.775)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Captação de empréstimos e financiamentos	112.060	66.336
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(98.034)	(61.336)
<b>Caixa líquido oriundo das atividades de financiamentos</b>	<b>14.026</b>	<b>5.000</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>12.644</b>	<b>24.307</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	102.029	77.722
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	114.673	102.029
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>12.644</b>	<b>24.307</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1. Contexto operacional

A Associação Obras Sociais Irmã Dulce (“Entidade”) é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, considerada de utilidade pública, que foi fundada e idealizada por Irmã Dulce Lopes Pontes, em 26 de maio de 1959 e instalada a 15 de agosto de 1959.

A Entidade tem por fim:

- (i) Desenvolver a assistência social, hospitalar e farmacêutica, ação educativa e caridade, podendo, para tanto, promover a obtenção de recursos no Setor Público e no Setor Privado; e
- (ii) Propor aos poderes públicos a adoção de providências e edição de normas com o objetivo de ampliar e aperfeiçoar a assistência hospitalar, social e educacional dos doentes, idosos e crianças carentes.

Para desempenho de sua ação educativa, a Entidade poderá ampliá-la à área profissionalizante, inclusive organizando unidades para a produção e comercialização de bens ou serviços gerados por meio da educação pelo trabalho.

A Entidade presta atendimento completamente gratuito, e os seus recursos são oriundos eminentemente do Sistema Único de Saúde (SUS), das doações e dos convênios celebrados com o Poder Público nas esferas Federal, Estadual e Municipal, não existindo qualquer contraprestação compulsória por parte do paciente pelo serviço prestado. Conseqüentemente, todos os gastos e despesas incorridos pela Entidade estão relacionados com suas finalidades estatutárias.

### Canonização da Fundadora - Santa Dulce dos Pobres

A causa da Canonização de Irmã Dulce foi iniciada em janeiro de 2000. Com o início do processo, seus restos mortais, que desde 1992 (ano de seu falecimento) estavam na Igreja da Conceição da Praia, foram então transferidos para a Capela do Convento Santo Antônio, na sede das Obras Sociais Irmã Dulce (OSID), também em Salvador. A validação jurídica do virtual milagre presente no processo foi emitida pela Santa Sé em junho de 2003. Já em abril de 2009, o Papa Bento XVI reconheceu as virtudes heroicas da Serva de Deus Dulce Lopes Pontes, autorizando oficialmente a concessão do título de Venerável à freira baiana. O título foi o reconhecimento de que Irmã Dulce viveu, em grau heroico, as virtudes cristãs da Fé, Esperança e Caridade.

### Endividamento e déficits sucessivos

Tem sido amplamente divulgado pela imprensa local e nacional que a Entidade vem enfrentando problemas de endividamento e apresentado déficits altos nos últimos exercícios. Em parte, por causa do cenário econômico atual, também como reflexo direto da Pandemia de COVID-19, com inflação elevada, em particular, o chamado custo da saúde, com os preços dos insumos extremamente elevados, também como resultado da falta de reajustes por mais de 5 anos do principal contrato de prestação de serviços da Entidade.

A Entidade tem buscado soluções para manter-se funcionando, junto aos Entes contratantes, a renegociação do contrato do Plano Operativo pela aplicação de reajuste do valor contrato, o qual está sendo renegociado, assim como a negociação do repasse referente ao rateio das despesas administrativas, bem como dos complementos orçamentários. Além disso, estão sendo realizadas campanhas internas de redução de custos e despesas, campanhas junto à Sociedade para aumentar o volume de doações, tais como a “Um milhão de amigos”, a fim de captar doadores pessoas físicas e jurídicas, para patrocinar projetos de melhoria, manutenção e ampliação dos atendimentos. Estão sendo adotadas também ações de captações de recursos junto a Órgãos públicos e Empresas privadas para o patrocínio das ações educacionais e socioeducativas desenvolvidas pelo Centro Educacional Santo Antônio (unidade educacional da entidade) por meio do projeto “Adote uma Turma” e ações de melhorias nos processos gerenciais das unidades de negócios da Entidade (uma cafeteria, uma indústria de panificação e uma loja de souvenirs) com a contribuição de empresas de consultoria parceiras da Entidade, para ampliação do superavit destas unidades.

Em 31 de dezembro de 2022, a Entidade apresentou déficit acumulado de R\$ 20.662 e capital circulante positivo no montante de R\$ 88.958. A Entidade não possui saldos a pagar vencidos a longa data e mesmo com a grande deficiência nos valores do repasse tem honrado com seu passivo.

O Governo do Estado da Bahia publicou no DOE de 30/06/2022, a portaria 518, instituindo incentivo financeiro aos hospitais filantrópicos de ensino o Estado da Bahia, que prestem 100% dos serviços de saúde exclusivamente ao SUS, o incentivo integrará o pré-fixado de contratualização, repassados a razão mensal de 1/12. Caso seja necessário, a Entidade pode contar também com o suporte de partes relacionadas para honrar seus compromissos financeiros.

#### 1.1. Impactos da COVID-19

Em virtude da declaração do surto da COVID- 19 como uma pandemia pela Organização Mundial de Saúde (“OMS”), diversas ações foram tomadas pelos governos em diversos países inclusive no Brasil, por meio dos Governos Federais, Estaduais e Municipais. Neste sentido as medidas de isolamento social adotadas para conter a propagação do vírus provocaram interferências nas atividades econômicas causando incertezas.

A Entidade atuou rapidamente em obediência às autoridades de saúde de acordo com os protocolos por eles preconizados, fechou seu ambulatório, suspendeu cirurgias eletivas, reduziu o número de leitos ocupados e fechou suas lojas comerciais.

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Parte dessas medidas ainda são adotadas, embora, gradativamente as atividades operacionais e administrativas tenham sido retomadas, porém, com observância das medidas e orientações editadas pelas autoridades sanitárias do Estado e do Município e do corpo técnico de Infectologia da Entidade.

Tão logo os profissionais de saúde foram incluídos na Campanha de Vacinação contra a COVID-19, todos os profissionais técnicos e administrativos da Entidade foram vacinados.

Perduram ainda no cenário atual os efeitos econômicos já observados foram a redução a zero do faturamento das atividades comerciais em alguns meses do exercício, bem como, o aumento expressivo dos preços dos insumos hospitalares, especialmente de EPIs e medicamentos acompanhado da escassez desses insumos no mercado. Com a perda de validade da MP 927, a Entidade com fim de minimizar os efeitos econômicos sobre a folha de pagamento, promoveu a readequação do seu quadro funcional.

#### Impactos nas demonstrações contábeis

A Entidade está monitorando os possíveis riscos inerentes à COVID-19 que possam vir a afetar suas operações. Até a presente data, não houve mudança significativa em relação a prestação de serviços, ativos imobilizados e demais posições patrimoniais em decorrência da pandemia de COVID-19.

A Administração da Entidade autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações contábeis em 23 de junho de 2023.

## 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As principais políticas aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão apresentadas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

### 2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros - ITG 2002 (R1) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis e afirma que todas as informações relevantes e próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Entidade.

## 2.2. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Entidade exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis da Entidade.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Entidade adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis e seus efeitos referem-se a:

- Notas Explicativa nºs 5 e 7: provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa;
- Notas Explicativa nº 9: determinação de vidas úteis do ativo imobilizado;
- Notas Explicativa nº 14: provisão para riscos processuais - cíveis e trabalhistas.

No entendimento da Administração da Entidade, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

## 3. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. As políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

### 3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os saldos de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Os saldos sem restrições são recursos a serem utilizados na manutenção da Entidade e não possuem restrições para sua utilização.

Os saldos com restrições são recursos com restrição de movimentação, pois sua utilização está vinculada aos convênios e contratos mantidos com terceiros ou necessita de deliberação da Governança Corporativa para destinação.

### 3.2. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber decorrentes de contratos e convênios pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Entidade.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Entidade), os créditos a receber são classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado ou contratado, ajustado pela provisão para perda se necessária.

### 3.3. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo de aquisição usando-se o método da média ponderada móvel e, em geral, compreendem os materiais de utilização na operação da Entidade (medicamentos, materiais hospitalares, materiais de consumo e etc.).

### 3.4. Imobilizado

#### Mensuração

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada e a partir do exercício de 2008, líquido dos saldos de doações e subvenções aplicadas em imobilizado.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### Depreciação

Terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

As taxas médias anuais de depreciação para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

- Edificações e benfeitorias: 3,08% a 7,22%;
- Máquinas e equipamentos: 4% a 33,3%;
- Equipamentos médicos: 6,7% a 33,3%;
- Aparelhos diversos: 5% a 33,3%;
- Móveis e utensílios: 5,26% a 14,29%;
- Veículos: 8,45% a 20%;
- Equipamentos de informática: 5,88% a 33,3%;
- Outros ativos: 12,5% a 4,17%.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de maneira prospectiva, quando for o caso.

### Baixas

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

### Bem reversível - imóvel

Em setembro de 2013, a Entidade recebeu do Governo do Estado da Bahia, por meio da Secretaria da Administração sob Contrato de Concessão de Uso nº 0001/2013, não oneroso, pelo prazo de 20 anos do bem imóvel do antigo Campo do SESI, no montante de R\$2.267, para a construção de um centro oncológico (radioterapia) destinado ao atendimento integral de pacientes do SUS, podendo o Estado da Bahia no final do contrato realizar a transferência dominial de maneira gratuita.

Em fevereiro de 2019, A Entidade (permissionária) firmou com o Município de Salvador (permitente), o Termo de Permissão de Uso, no qual a permitente outorga em caráter precário, discricionário e unilateral a utilização de maneira especial de parte da área do Abrigo Dom Pedro II pelo prazo de 10 anos, podendo ser renovado a critério do permitente. A permissionária fica obrigada a manter e conservar as edificações arroladas no Termo, bem como os jardins. O termo não gera direito a indenização pelo permitente. Findo o prazo de vigência do Termo sem renovação ou prorrogação, extingue-se a permissão com a devolução imediata do imóvel ao permitente.



### 3.5. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. Os ativos não financeiros, que tenham sofrido impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

### 3.6. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das operações, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

### 3.7. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

### 3.8. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de créditos a receber e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos, de no máximo 360 dias. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais, futuros, pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Entidade para instrumentos financeiros similares. As taxas de juros efetivas nas datas dos balanços, são as habituais no mercado e os seus valores justos não diferem significativamente dos saldos nos registros contábeis. As aplicações financeiras, representadas por aplicações em Caderneta de Poupança e Fundos de Curto Prazo e classificadas como empréstimos e recebíveis, foram avaliadas com base na taxa de remuneração contratada junto à respectiva instituição financeira, considerada como taxa habitual de mercado.

### 3.9. Apuração do superávit (déficit)

O superávit (déficit) das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

#### Receitas

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Entidade e quando possa ser mensurada de maneira confiável, independentemente de quando o pagamento é recebido. A receita é contabilizada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

#### Receitas do segmento de saúde

São receitas oriundas da contratação dos leitos pertencentes ao Hospital Santo Antônio e postos à disposição dos gestores Estadual e Municipal, por meio do Sistema Único de Saúde, pelo instrumento de contratualização de hospitais privados filantrópicos, pagos por dotação orçamentária do Ministério da Saúde. São reconhecidas no resultado pelo seu valor justo mensurado mensalmente por meio do cumprimento das metas quantitativas e qualitativas contratadas e pelo valor fixado no Contrato de Metas.

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### Receitas de convênios

São alocadas as receitas auferidas com convênios, subvenções e auxílios financeiros realizados com entidades de direito privado e público. À medida que a Entidade incorre em custos e aplica em investimentos (aquisição de imobilizado, reformas etc.), os valores são apropriados à receita de convênios. Após a divulgação do CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, revisado pelo CPC 07(R1), em 05 de novembro de 2010. A Entidade, por analogia, passou a constituir provisão para retificação de seu ativo imobilizado no montante dos recursos recebidos dessas doações e subvenções. Também considera as receitas oriundas dos contratos firmados com a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, para gestão de hospitais públicos do Estado. São reconhecidas pelo seu valor justo, apurado de acordo com os valores fixados em contrato e cumprimentos das metas estabelecidas apuradas na prestação de contas mensal.

#### Receitas de doações

São alocadas as receitas com doações em espécie e de bens móveis ou imóveis, as quais são registradas quando do efetivo recebimento.

#### Receitas de venda de produtos e mercadorias

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de maneira confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Entidade não detém mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados em favor da Entidade e aplicados integralmente para a consecução de seus objetivos sociais.

#### Receitas financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

#### Despesas

As despesas são registradas no resultado quando incorridas obedecendo ao regime de competência. As despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de despesas financeiras.

### 3.10. Tributação

A Entidade é imune do Imposto de Renda e da Contribuição Social por ser uma entidade de assistência social sem fins econômicos ou lucrativos que presta serviços para os quais foi instituída e põe à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado (Lei nº 9.532/97, artigo 12).

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (Lei nº 9.532/97, artigo 15 § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, artigo 10).

As entidades consideradas isentas pela finalidade ou objeto deverão atender aos seguintes requisitos (Lei nº 9.532/97, artigo 12 § 2º Lei nº 9.718/98, artigo 10 § 3º e 18, IV) Decreto nº 9.580/2018 RIR, artigos 178 a 183:

- Não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados, exceto no caso de associações, fundações ou organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva e desde que cumpridos os requisitos previstos nos arts. 3º da Lei no 9.790, de 23 de março de 1999, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015);
- Aplicar integralmente no país os seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos objetivos sociais;
- Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- Apresentar, anualmente, declaração de informações (SPED) Sistema Público de Escrituração Digital, em conformidade com o disposto em ato da Receita Federal do Brasil;
- Recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem assim cumprir as obrigações acessórias daí decorrentes;
- Assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda às condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público;
- Outros requisitos relacionados com o funcionamento dessas entidades, determinados em lei específica.

Com a mudança do formato de concessão de imunidade tributária municipal, em Salvador, promovida pela atual gestão do município, a Entidade necessitou pedir novo reconhecimento de imunidade tributária municipal, por meio do Processo nº 87.646/2013, tendo seu pleito deferido publicado no Diário Oficial do Município de Salvador, em 19 de março de 2014, para o IPTU, não incidência de Taxa de Coleta, Remoção de Resíduos Sólidos Domiciliares-TRSD e ISS.

### 3.11. Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas:

- (i) Mensurados ao valor justo por meio do resultado; e
- (ii) Mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. A Entidade possui os seguintes principais ativos financeiros:

Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Entidade gerencia esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Entidade possui os seguintes principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa (ver Nota Explicativa nº 4)

Mensurados pelo custo amortizado

A Entidade mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- (i) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e

(ii) Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os principais ativos financeiros que a Entidade possui e mantém classificados nesta categoria são caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa n° 4), as contas a receber (Nota Explicativa n° 5) e os convênios a receber (Nota Explicativa n° 7).

i) Ativos financeiros

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O CPC 48 exige que a Entidade reconheça uma provisão para perdas de crédito esperadas para o futuro para todos os instrumentos de dívida que não sejam mantidos pelo valor justo por meio do resultado e ativos de contrato. Essa avaliação é realizada prospectivamente e está baseada em dados históricos. Além disso, a Entidade avalia mensalmente essas variações do risco de crédito dos ativos financeiros e, caso não haja aumento significativo do risco de crédito, deverá ser reconhecida a perda de crédito para o saldo, em aberto, para os próximos 12 meses. Caso for identificado que houve aumento significativo do risco de crédito a perda é reconhecida tomando por base o montante total, em aberto, para o período total da vida do instrumento financeiro.

ii) Passivos financeiros

Mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Entidade compreendem:

- Fornecedores (Nota Explicativa n° 10);
- Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa n° 11).

3.12. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica NBC TG 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2)) emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Entidade apresenta os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como parte das atividades de financiamento.

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3.13. Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para os principais tomadores de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, sendo de responsabilidade deste as principais decisões estratégicas da Entidade.

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Rendimento	2022	2021
Recursos sem restrição			
Caixa e conta corrente		862	1.117
Aplicações financeiras	5,00 a 15,00% CDI	16.422	4.833
		<u>17.284</u>	<u>5.950</u>
Recursos com restrição			
Caixa e conta corrente		318	51
Fundos de curto prazo	5,00%CDI a 13,67% a.a.	96.179	94.687
Poupanças	TR+6,00 a.a.%	892	1.341
		<u>97.389</u>	<u>96.079</u>
		<u>114.673</u>	<u>102.029</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Os rendimentos das aplicações são reconhecidos no resultado, quando incorridos, e suas taxas equivalem às de mercado para esse tipo de aplicação.

Os recursos com restrição só podem ser utilizados com os contratos vinculados ao recebimento desses recursos.

### 5. Contas a receber

Descrição	2022	2021
Plano operativo anual (a)	2.209	13.390
Sistema Único de Saúde - Alta Complexidade. -SUS	97	4.579
Clientes por vendas de produtos	5.535	4.296
Clientes lojas	-	367
Outras contas a receber	2.807	2.284
	<u>10.648</u>	<u>24.916</u>
Perdas Esperadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(2.857)	(3.125)
	<u>7.791</u>	<u>21.791</u>

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

a) Plano operativo anual

Em função do município de Salvador ter alcançado a gestão plena da saúde, em março de 2006, a SMS-Secretaria Municipal de Saúde de Salvador assumiu a gestão do contrato, por meio do Termo de Convênio 018/2007, cujo objetivo é prestar serviços assistenciais, de ensino, pesquisa e desenvolvimento de tecnologia no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da integração do hospital à rede regionalizada e hierarquizada do Sistema, sob a forma de Plano Operativo Anual. Em 2011, o Ministério da Saúde por meio da Portaria SAS/MS nº 741, transferiu a Entidade para a gestão estadual, por meio do contrato 111/2011. As Portarias SAS/MS nº 297 de março de 2013, nº 176 de março de 2014 e nº 322 de abril de 2015, prorrogaram sucessivamente a permanência da Entidade na gestão estadual, vigente até a data do balanço.

Para os exercícios 2015-2016, a permanência na gestão do Estado da Bahia foi aprovada pela Resolução CIB 067/2015 de maio de 2015. O Plano Operativo é regido pelo Contrato 06/2012, com o 7º Termo Aditivo que vigeu até maio de 2015. A Entidade continuou prestando serviços ao Gestor Local do SUS até 31 de dezembro de 2016, sem cobertura contratual. Em 13 de março de 2017, foi assinado o Contrato 014/2016, com prazo de vigência de 180 dias. A Entidade continuou ao longo do exercício prestando serviços ao Sistema Único de Saúde, sem solução de continuidade nas avaliações mensais de desempenho e cumprimentos de metas pactuadas no referido Contrato 014/2016, como também, recebendo as remunerações pelos serviços prestados. A Entidade, por intermédio da carta CE SUP 73/2017, em 31 de outubro de 2017, solicitou a adoção de providências do Gestor do SUS, visando à celebração do novo Contrato, com a finalidade de se manter integrada à rede SUS do Estado da Bahia. A Entidade permaneceu sem contrato entre outubro de 2017 e dezembro de 2018, no entanto, continuou prestando serviços regularmente ao Gestor do SUS, a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia. Em 18 de março de 2019 a Entidade assinou o Contrato nº 14/2019, com a SESAB, com vigência até 17 de março de 2020.

Em decorrência das medidas de enfrentamento da pandemia da COVID-19, em março de 2020 foi publicada a Lei nº 13.992 que suspende por 120 (cento e vinte) dias a obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde no âmbito do SUS. A lei determina que o prazo da suspensão começa a contar de 1º de março do corrente ano e garante os repasses dos valores financeiros contratualizados, na sua integralidade, bem como, mantém ainda o pagamento da produção do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (Faec), com base na média dos últimos 12 (doze) meses. Em setembro de 2020, foi publicada a Lei nº 14.061 que prorroga até 30 de setembro de 2020 a suspensão da obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde do SUS, em julho de 2021, foi publicada a Lei nº 14.189 que prorroga até 31 de dezembro de 2021, a suspensão da obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas contudo, a Entidade continuou prestando serviços ao Gestor do SUS após o término da vigência do Contrato nº14/2019.



## ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Em julho de 2022, foi firmado o Contrato nº 42/2022 com a Sesab, para a prestação de serviços assistenciais ambulatoriais de média e alta complexidade ao SUS sob a forma de Plano Operativo (PO) com prazo de vigência de um ano (ver Nota Explicativa nº 18).

Por meio desse instrumento a Entidade se compromete a prestar ações e serviços de saúde, de ensino e pesquisa pactuados no Contrato, disponibilizando ao gestor público de saúde a totalidade da capacidade instalada, disponibilizando-os para a Central de Regulação, executando serviços de atendimento hospitalar, ambulatorial e serviços de apoio diagnóstico e terapêutico, realizar procedimentos alta e média complexidade, com metas físicas pré-estabelecidas em contrato, cujas principais estão discriminadas abaixo. As metas qualitativas são avaliadas trimestralmente com acompanhamento mensal, por sistema de pontuação, que avaliam humanização (7,0), manutenção e conservação (3,0), qualidade na assistência (21,0) gestão hospitalar (28,0), gestão e desenvolvimento da força de trabalho (3,0), regulação (36) e boas práticas (2,0) metas financeiras que deverão ser cumpridas em pelo menos 95%, o conjunto dos critérios do cumprimento das metas físicas e de avaliação de desempenho condiciona o pagamento do valor integral da parte física e variável do orçamento financeiro do contrato. A Entidade oferta 100% de seus leitos e de sua capacidade instalada para atendimento ambulatorial ao Sistema Único de Saúde.

As metas previstas conforme contrato de gestão, são apresentadas a seguir:

### Internação em média complexidade

Áreas de internação	Nº de leitos (não auditado)	AIH anuais (não auditado)
Clínica cirúrgica	86	6.192
Clínica médica	60	1.308
Cardiologia	60	1.728
Oncologia	45	660
Geriatrics	162	2.256
Clínica pediátrica	73	3.288
Psiquiatria	24	336
Crônicos	40	648
CAPD	75	1.212
	<u>625</u>	<u>17.628</u>

### Internação de alto custo em média complexidade

Especialidade	Nº de leitos (não auditado)	Diárias anuais (não auditado)
UTI pediátrica	9	2.916
UTI adulto	9	2.916
	<u>18</u>	<u>5.832</u>

## ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### Internação de média complexidade - leitos de retaguarda

<u>Especialidade</u>	<u>Nº de leitos (não auditado)</u>
Leitos novos	22
Leitos qualificados	17
	<u>39</u>

Total de diárias anuais (não auditado) de 11.928.

### Atendimento hospitalar de alta complexidade - pós-fixado

<u>Especialidade</u>	<u>AIH anuais (não auditado)</u>
Atendimento de alta complexidade-pós fixado	1.464
	<u>1.464</u>

### Atendimento ambulatorial de média complexidade (MAC) - pré-fixado

<u>Especialidade</u>	<u>Físico anual (não auditado)</u>
Diversas	1.616.976
	<u>1.616.976</u>

### Atendimento ambulatorial FAEC de média complexidade - pós-fixado

<u>Especialidade</u>	<u>Diárias anuais (não auditado)</u>
Diversas	50.280
	<u>50.280</u>

A Entidade obedecendo a sua vocação e as suas diretrizes estatutárias, em junho de 2013, assumiu a gestão de um centro de convivência para prestar cuidados assistenciais de saúde e sociais à população em risco social, localizada na região do Centro Histórico de Salvador, o "Centro de Convivência Irmã Dulce dos Pobres" - CCIDP, com recursos incluídos no POA no Termo Aditivo 05/2013, ao Contrato 06/2012, no valor mensal de R\$ 168. Mantido no Contrato 014/2019 e no atual Contrato nº 42/2022.

O Contrato nº 42/2022 estabelece o teto financeiro da parte pré-fixada no valor mensal de R\$12.310, com o teto do orçamento financeiro pós-fixado no valor mensal de R\$ 3.974.

Por meio do Contrato 014/2019 repassou o incentivo da Portaria 4.047 de 18 de dezembro de 2018 o valor de R\$9.300 em três parcelas de R\$ 3.100. R\$6.200 foram apropriados ao resultado de 2021. Entidade constituiu reserva no valor de R\$ 3.100 para construção da sala para abrigar um aparelho de ressonância magnética a qual se iniciou em agosto de 2022 (ver Nota Explicativa nº 7).

## ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A abertura do saldo das contas a receber pelos seus vencimentos está assim demonstrada:

Descrição	2022	2021
A vencer	5.032	18.931
Vencidos em até 30 dias	2.740	2.821
Vencidos de 31 a 120 dias	-	261
Vencidos de 121 a 180 dias	-	-
Vencidos de 181 a 360 dias	500	-
Acima de 361 dias	2.376	2.903
	<u>10.648</u>	<u>24.916</u>

Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa

	R\$
Saldos em 1º de janeiro de 2021	(3.125)
Reversão (provisão)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(3.125)
Reversão (provisão)	268
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>(2.857)</u>

A Entidade constituiu provisão para devedores duvidosos, que julga suficiente para fazer face às expectativas de perda, e cujo saldo em 31 de dezembro de 2022, refere-se ao valor provável de realização das contas a receber de clientes avaliado com base na experiência de perda real, na avaliação do risco de inadimplemento das contrapartes e no monitoramento das negociações vigentes para recuperação de créditos com determinados clientes, além da magnitude do eventual impacto no resultado do exercício resultante de alterações nessas premissas.

## 6. Estoques

Os estoques correspondem a medicamentos, material hospitalar e material de suprimento, cuja valorização é feita com base no custo médio de aquisição, não superando o valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração:

Descrição	2022	2021
Drogas e medicamentos	11.684	9.011
Material hospitalar	9.186	5.950
Material de uso e consumo	4.398	3.387
Estoques para revenda - CESA/Lojas	1.776	1.733
Material laboratório	2.882	838
Outros estoques	52	162
Subvenções-medicamentos de alto custo	2.925	-
(-) Provisão para perda por obsolescência	(60)	(60)
	<u>32.843</u>	<u>21.021</u>

## ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 7. Convênios a receber e recursos de convênio em execução

#### Ativo

Descrição	2022	2021
Secretaria de Saúde do Estado da Bahia - SESAB (a)	85.543	57.884
Secretaria Municipal de Saúde - SMS	3.153	1.578
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(20.336)	(23.814)
	68.360	35.648

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa referente aos convênios a receber no circulante está demonstrada a seguir:

	2022	2021
Saldos em 1º de janeiro	(23.814)	(23.814)
Adições e baixas	3.478	-
Saldos em 31 de dezembro	(20.336)	(23.814)

A Entidade optou por constituir provisão para devedores duvidosos sobre os saldos contabilizados no ativo não circulante, pois entende que há razoável incerteza de receber seus créditos junto à Secretaria de Saúde do Estado da Bahia - SESAB, pela gestão das Unidades de Saúde por ela administradas sob a forma de OS (Organização Social), pois não tem obtido da SESAB data estimada para a liquidação dos créditos em aberto até a data do balanço.

#### a) Secretaria de Saúde do Estado da Bahia - SESAB

Descrição	2022	2021
<b>Circulante</b>		
Hospital do Oeste (i)	15.054	9.587
Hospital Regional Mário Dr. Sobrinho Hospital (ii)	13.349	7.362
Hospital Eurídice Santana (iii)	2.085	1.387
Hospital Regional de Juazeiro (v)	12.994	21.025
Hospital Arena Fonte Nova (vi)	3.496	3.496
Hospital Metropolitano (vii)	18.736	-
Hospital de Paulo Afonso (viii)	4.802	-
	70.516	42.857
<b>Não circulante</b>		
Hospital Regional Mário Dr. Sobrinho Hospital (ii)	6.263	6.263
Hospital Eurídice Santana (iii)	436	436
Hospital São Jorge (iv)	8.328	8.328
	15.027	15.027
	85.543	57.884

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- (i) Hospital do Oeste (HO): refere-se a convênio com a SESAB para execução de ações e serviços de saúde que assegurem assistência universal e gratuita à população no Hospital do Oeste, em Barreiras, Bahia, por meio do Contrato nº 002/2013, assinado em janeiro de 2013, por um período de dois anos, com valor mensal de R\$ 4.317. Em setembro de 2019 foi assinado o Termo Aditivo 114/2019, reajustando o Contrato para R\$ 7.605 mensais, com termo final em 31 de janeiro de 2020. Em janeiro de 2020 foi assinado o Termo Aditivo nº 021/2020 ao Contrato Gestão do Hospital do Oeste – HO nº 011/2017, prorrogando a vigência do referido contrato com termo inicial em 01/02/2020 até 31/01/2022, com valor de custeio mensal de R\$7.605. Em fevereiro de 2020, foi assinado o Termo Aditivo nº033/2020 ao referido contrato, para revisão de metas em virtude da ampliação do número de leitos de enfermagem, com termos inicial em 1º de abril de 2020 e final em 31 de janeiro de 2022, com reajuste do valor contratado, de RS 8.866. 7º Termo Aditivo de agosto 2021, elevou o valor do contrato para R\$ 9.888 mensal. 8º Termo Aditivo de prorrogou o a vigência de fevereiro 2022 a fevereiro de 2023 e incrementou novos serviços, elevando o valor mensal do contrato para R\$ 10.281;
- (ii) Hospital Regional Mário Dourado Sobrinho (HRMDS): Contrato nº 046/2012 para a gestão, organização e execução de ações de serviços de saúde do hospital no município de Irecê, Bahia, no valor mensal de R\$ 3.216, a partir de outubro de 2012. O Termo Aditivo nº 141/2018 prorroga a vigência do Contrato por 12 meses, a partir de 29 de novembro de 2018, esse Contrato teve seu termo final em 29 de novembro de 2019. Em 31 de janeiro de 2020, foi assinado o Contrato de Gestão nº 005/2020 para operacionalização da gestão e execução das ações e serviços de saúde no Hospital Regional Dr. Mário Dourado Sobrinho pelo período de 60 meses, com valor estimado mensal de R\$ 4.733;
- (iii) Hospital Eurídice Santana (HES): Contrato de Gestão nº 016/2014, assinado em 1º de março de 2014 para a administração do hospital no município de Santa Rita de Cássia, Bahia, por um período de 2 (dois) anos. O Termo Aditivo 011/2018 prorroga a vigência do Contrato de 01 de março de 2018 até 28 de fevereiro de 2019, esse contrato teve seu termo final em 29 de fevereiro de 2020. A Entidade permanece na gestão da unidade hospitalar, sob a forma de prestação de serviço por indenização até que o Estado da Bahia publique e conclua novo processo de Seleção Pública;
- (iv) Hospital São Jorge (HSJ), UPA Roma: contrato de prestação de serviços de gestão com valor mensal de R\$ 2.381 (2015 R\$ 1.998), com vigência até junho de 2015, conforme Termo aditivo nº 122/2014. A gestão é executada sob pagamento por indenização, até a SESAB licitar o contrato. Em 31 de dezembro de 2018, a Administração, em face das respostas do credor quanto a possibilidade de liquidação do crédito, constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor integral do direito a receber no valor de R\$ 8.328;
- (v) Hospital Regional de Juazeiro: em dezembro de 2020 a Entidade assumiu emergencialmente a gestão do Hospital Regional de Juazeiro em Juazeiro-BA, hospital geral de referência da macrorregião do vale médio do São Francisco, com 182 leitos, por meio do contrato emergencial nº 206/2020, por 90 dias, no valor mensal de R\$ 6.037, em abril de 2021, foi assinado o contrato emergencial 006/2021, com vigência inicial de 90 dias prorrogáveis por 90 dias. Em julho de 2022, foi publicado no DOE, o Contrato de Gestão Emergencial nº 02/2022, para gestão e execução das ações de saúde, no Hospital Regional de Juazeiro, pelo período de 90 dias, no valor global de R\$ 19.416 O hiato entre os contratos a Entidade permaneceu prestando serviços na unidade hospitalar sob indenização (ver Nota Explicativa nº 26);
- (vi) Contrato Emergencial Hospital de Campanha Arena Fonte Nova-HCAFN: em março de 2021, a Entidade atendeu à solicitação do Governo da Bahia, firmou com a Sesab o Contrato nº 001/2021, para a gestão e operacionalização dos serviços de saúde do Hospital de Campanha Arena Fonte Nova, exclusivo para enfrentamento à pandemia da COVID-19, são 200 leitos de UTI e clínicos, inicialmente com termo de vigência de 90 dias. Com valor mensal de R\$ 6.567. O contrato foi encerrado em setembro de 2021, contudo, ainda não foi efetuado encontro de contas final;

## ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

### Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- (vii) Hospital Metropolitano: em agosto de 2022, a Entidade firmou com a Sesab, o Contrato de Gestão Emergencial nº 005/2022 para a gestão e operacionalização dos serviços de saúde do Hospital Metropolitano em Lauro de Freitas-BA, para assistência universal e gratuita à população com vigência de 180 dias e valor global de R\$ 58.207 (ver Nota Explicativa nº 26);
- (viii) Hospital de Paulo Afonso: em setembro de 2022, a Entidade assumiu a gestão emergencial da unidade hospitalar, por meio do Contrato de Gestão Emergencial nº 006/2022, para prestação e operacionalização dos serviços de saúde em Paulo Afonso-BA, no valor global de R\$ 14.407 (ver Nota Explicativa nº 26).

Os saldos passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 referem-se aos gastos ainda não realizados pela Entidade, e ainda, a novos recursos recebidos por meio de convênios firmados com o Ministério da Saúde, destinados à reforma da estrutura física e aquisição de equipamentos hospitalares ou despesas de custeio.

#### 1) Contratos OS/SESAB

O Governo do Estado da Bahia criou o Programa Estadual de Organizações Sociais com o objetivo de fomentar a absorção da gestão de atividades ou serviços públicos por entidades sem fins lucrativos selecionados e qualificados como Organizações Sociais. Por meio de contrato de gestão, que é o instrumento que institui e disciplina parceria entre o Estado e as Organizações Sociais, pactua-se a gestão de determinados serviços públicos, buscando resultados de eficiência e eficácia com flexibilidade, por meio de metas pactuadas, sem descuidar dos princípios que regem a administração pública, principalmente a eficiência e a economicidade, atualmente regida pela Lei nº 8.647, em 22 de janeiro de 2004, e pelo Decreto nº 8.890.

Com a finalidade de ajustar o resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, ao cumprimento do que determina a legislação pertinente, a Entidade constituiu provisão para devolução dos repasses dos convênios, no montante dos resultados líquidos apurados em cada contrato de gestão.

#### b) Contratos OS/Prefeitura Municipal de Salvador

Circulante	2022	2021
UPA Santo Antônio	796	1.578
Hospital Família Sagrada HFS	2.357	-
	<u>3.153</u>	<u>1.578</u>

## ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### Hospital Família Sagrada-HFS

Com a finalidade de participar do enfrentamento à grave pandemia da Covid-19, a Entidade firmou contrato 300/2020, com a Prefeitura Municipal de Salvador-PMS, assumiu a gestão, planejamento e operacionalização das ações e serviços de saúde do Hospital Família Sagrada-HFS, que atua exclusivamente no combate à pandemia da Covid-19, iniciou em maio de 2020, com vigência de 180 dias, inicialmente 20 leitos de UTI e 55 leitos de enfermaria, com valor mensal de R \$3.713. O ápice da capacidade instalada foi de 60 leitos de UTI e 81 leitos de enfermaria, em novembro de 2021 foi assinado o 7º termo aditivo prorrogado o contrato por 90 dias (ver Nota Explicativa nº 26), com o valor mensal total de R\$ 7.468. Continuando a política governamental de enfrentamento à pandemia da Covid-19, em novembro de 2021, foi assinado o 7º termo aditivo ao contrato 300/2020 firmado com a PMS, prorrogando vigência do referido contrato por mais 90 dias na gestão do HFS. Em fevereiro de 2022, foi assinado o 8º termo aditivo ao contrato 300/2020, prorrogando-o por 90 dias, o contrato encerrou-se em 02 de maio de 2022. Em dezembro de 2022, a Entidade firmou novo Contrato de Gestão nº 489/2022, para atuar na gestão, planejamento, operacionalização das ações e serviços de saúde no HFS, com vigência de 90 dias, valor global R\$ 13.766 (ver Nota Explicativa nº 26).

### UPA Santo Antônio

Em outubro de 2020, a Entidade participou do processo licitatório com a finalidade de conquistar a gestão e operacionalização das ações de saúde da UPA Santo Antônio em Salvador-BA, sagrando-se vencedora do certame. Em maio de 2021 foi assinado o Contrato de Gestão nº 206/2021, com a PMS, com termo inicial em junho de 2021 e vigência de 24 meses, com valor mensal de R\$ 1.509. Em dezembro de 2022 foi assinado o 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 206/2021, ampliando a oferta de novos serviços e reajustando o valor para R\$ 1.863.

#### i) Hospital do Oeste (HO)

Descrição	2022	2021
Receitas operacionais brutas		
Com restrição:		
Programa de Saúde	125.406	122.534
Glosas	(112)	(1.854)
Doações	235	1.528
Rendimentos financeiros	1.920	622
Resultado operacional bruto	127.449	122.830
(Despesas)/receitas operacionais		
Despesas com pessoal	(77.740)	(70.873)
Despesas gerais e administrativas	(9.576)	(9.688)
Materiais	(30.056)	(28.064)
Outras receitas	426	440
Reversão PCLD	4.535	-
Total das despesas operacionais	112.411	108.185
Despesas financeiras	(48)	(47)
Superávit do exercício	14.990	14.598

## ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### ii) Hospital Eurídice Santana

Descrição	2022	2021
Receitas operacionais brutas		
Com restrição:		
Programa de Saúde	8.857	8.195
Glosas	(61)	(637)
Rendimentos financeiros	196	63
Doações	14	69
Resultado operacional bruto	9.006	7.690
Despesas operacionais		
Despesas com pessoal	(6.239)	(5.662)
Despesas gerais e administrativas	(1.251)	(1.166)
Materiais	(1.167)	(1.045)
PCLD	-	-
Total das despesas operacionais	(8.657)	(7.873)
Despesas financeiras	(6)	(6)
Superávit do exercício	343	(189)

### iii) Hospital Regional Doutor Mário Dourado Sobrinho

Descrição	2022	2021
Receitas operacionais brutas		
Com restrição:		
Programa de Saúde	72.094	63.434
Glosas	(1.193)	(852)
Doação	147	1.178
Rendimentos financeiros	264	120
Resultado operacional bruto	71.312	63.880
Despesas operacionais		
Despesas com pessoal	(47.254)	(44.996)
Despesas gerais e administrativas	(4.738)	(5.932)
Materiais	(17.109)	(17.387)
Total das despesas operacionais	(69.101)	(68.315)
Despesas financeiras	(21)	(29)
Superávit do exercício	2.190	(4.464)

### iv) Hospital Regional de Juazeiro

Descrição	2022	2021
Receitas operacionais brutas		
Com restrição:		
Programa de Saúde	75.179	74.216
Glosas	(2.943)	(277)
Doação	6	719
Rendimentos financeiros	111	63
Resultado operacional bruto	72.353	74.721
Despesas operacionais		
Despesas com pessoal	(55.496)	(49.122)
Despesas gerais e administrativas	(9.345)	(6.162)
Materiais	(18.894)	(16.972)
Total das despesas operacionais	(83.735)	(72.256)
Despesas financeiras	(61)	(56)
Déficit do exercício	(11.443)	2.409



## ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### v) Hospital de Campanha Arena Fonte Nova

Descrição	2022	2021
Receitas operacionais brutas		
Com restrição:		
Programa de Saúde	-	44.172
Glosas	-	(420)
Doação	-	826
Rendimentos financeiros	-	1
Resultado operacional bruto	-	44.579
 (Despesas)/receitas operacionais		
Despesas com pessoal	(129)	(22.918)
Despesas gerais e administrativas	180	(5.653)
Materiais	79	(11.250)
Total das despesas operacionais	130	(39.281)
 Despesas financeiras	-	(11)
Superávit do exercício	130	4.747

### vi) Hospital Metropolitano (HM)

Descrição	2022	2021
Receitas operacionais brutas		
Com restrição:		
Programa de Saúde	46.838	-
Glosas	(1.124)	-
Rendimentos financeiros	71	-
Resultado operacional bruto	45.785	-
 Despesas operacionais		
Despesas com pessoal	(21.426)	-
Despesas gerais e administrativas	(1.864)	-
Materiais	(7.034)	-
Total das despesas operacionais	(30.324)	-
 Despesas financeiras	(26)	-
Superávit do exercício	15.435	-

### vii) Hospital Regional de Paulo Afonso (HRPA)

Descrição	2022	2021
Receitas operacionais brutas		
Com restrição:		
Programa de Saúde	9.604	-
Doações	5	-
Rendimentos financeiros	17	-
Resultado operacional bruto	9.626	-
 Despesas operacionais		
Despesas com pessoal	(3.268)	-
Despesas gerais e administrativas	(1.033)	-
Materiais	(671)	-
Total das despesas operacionais	(4.972)	-
 Despesas financeiras	(5)	-
Superávit do exercício	4.649	-

## ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### viii) Hospital Família Sagrada

Descrição	2022	2021
Receitas operacionais brutas		
Com restrição:		
Programa de Saúde	27.444	70.246
Glosas	(2.279)	(4.576)
Rendimentos financeiros	-	12
Doações	1	8
Resultado operacional bruto	25.166	65.690
(Despesas)/receitas operacionais		
Despesas com pessoal	(13.926)	(33.059)
Despesas gerais e administrativas	(3.799)	(8.605)
Materiais	(5.536)	(13.369)
Outras receitas	1	2
Total das despesas operacionais	(23.259)	(55.031)
Superávit do exercício	1.907	10.659

### ix) UPA Santo Antônio

Descrição	2022	2021
Receitas operacionais brutas		
Com restrição:		
Programa de Saúde	19.858	9.887
Glosas	(2.180)	(1.221)
Doações	11	-
Rendimentos financeiros	43	3
Resultado operacional bruto	17.693	8.669
Receitas/(despesas) operacionais		
Despesas com pessoal	(12.309)	(6.612)
Despesas gerais e administrativas	(4.034)	(1.601)
Materiais	(2.706)	(1.203)
Outras receitas	10	2
Total das despesas operacionais	(19.039)	(9.414)
Despesas financeiras	(5)	(8)
Déficit do exercício	(1.351)	(753)

### Passivo - Recursos de convênios em execução

#### 1) FNS – Fundo Nacional de Saúde – Ministério da Saúde

A Entidade recebe recursos de convênios do Ministério da Saúde, por meio do Fundo Nacional de Saúde, oriundos de emendas parlamentares, para aplicação em aquisição de equipamentos hospitalares e reforma de sua estrutura física, visando à ampliação de suas dependências e a humanização do atendimento dos pacientes da rede pública e conveniada ao Sistema Único de Saúde, SUS. Em atendimento as Instruções Normativas nº 1/97 e nº 3/2003 da Secretaria do Tesouro Nacional, a Entidade possui obrigatoriedade de prestar conta dos valores aplicados de acordo com as regras de licitação previstas na Lei nº 8.666/93 e da Lei 10.520/2002. A Entidade sofre auditoria periódica do Ministério da Saúde, para verificar a adequada aplicação dos recursos públicos, de acordo com as exigências de lei e do plano de trabalho aprovado.

## ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em setembro e outubro de 2022, a Entidade recebeu recursos oriundos de Emendas Parlamentares liberadas pela Bancada Parlamentar da Bahia e repassadas por meio da Sesab, no valor de R\$ 6.100, destinadas a aplicação no custeio e foram integralmente investidas na aquisição de medicamentos e materiais hospitalares necessários à manutenção da atividade hospitalar:

Descrição	2022	2021
<b>Circulante</b>		
SESAB	3.100	4.218
FNS - Ministério da Saúde (b)	5.916	11.881
CMDCA - Prefeitura Municipal de Simões Filho	299	295
Receitas antecipadas alta complexidade	-	3.758
Ministério da Cultura (Pronac)	5.342	-
Contratos OS/SESAB - HO (c) (i)	-	30.581
Contratos OS/SESAB - HES (c) (ii)	-	9.266
Contratos OS/SESAB - HSJ (c) (iii)	-	1.603
Contratos OS/SESAB - HRDMDS (c) (iv)	-	346
Contratos OS/SESAB - HRJ (c) (v)	-	6.545
Contratos OS/SESAB - HCAFN (vi)	-	4.746
Contratos OS/PMS - HFS (c) (ix)	-	20.538
Contratos OS/PMS - UPA (x)	-	(753)
	<u>14.657</u>	<u>93.024</u>
<b>Doações recebidas com aplicação restrita</b>	<b>7.217</b>	<b>3.217</b>
Subvenções (medicamentos de alto custo)	2.930	-
	<u>10.147</u>	<u>3.217</u>
	<u>24.804</u>	<u>96.241</u>
<b>Não circulante</b>		
Contratos OS/SESAB - HO (c) (i)	45.572	-
Contratos OS/SESAB - HES (c) (ii)	9.609	-
Contratos OS/SESAB - HSJ (c) (iii)	1.602	-
Contratos OS/SESAB - HRDMDS (c) (iv)	916	-
Contratos OS/SESAB - HRJ (c) (v)	(4.898)	-
Contratos OS/SESAB - HCAFN (vi)	4.875	-
Contratos OS/SESAB - HM (c) (vii)	15.435	-
Contratos OS/SESAB - HRPA (viii)	4.649	-
Contratos OS/PMS - HFS (c) (ix)	22.446	-
Contratos OS/PMS - UPA (c) (x)	(2.104)	-
	<u>98.102</u>	<u>-</u>
	<u>122.906</u>	<u>96.241</u>
<b>Circulante</b>	<b>24.804</b>	<b>96.241</b>
<b>Não circulante</b>	<b>98.102</b>	<b>-</b>
	<u>122.906</u>	<u>96.241</u>

A Entidade captou recursos de pessoas físicas e jurídicas para aplicação de projeto de reforma do Memorial Santa Dulce, por meio do Programa Nacional de Apoio à Cultura-Pronac/ Lei Rouanet até 31 de dezembro de 2022, o valor de R\$ 5.342. Também captou doações de beneméritos doações no valor de R\$ 4.000, para projetos de construção e ampliação da estrutura física do Hospital Santo Antônio.

## ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 8. Depósitos judiciais

Descrição	2022	2021
Depósitos judiciais	933	403
Bloqueios judiciais	456	416
	<u>1.389</u>	<u>819</u>

A movimentação dos depósitos judiciais pode ser assim demonstrada:

	Valor
Saldo em 1º de janeiro de 2021	1.721
Adições	1.500
Baixas	(2.402)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>819</u>
Adições	1.500
Baixas	(930)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>1.389</u>

Os depósitos judiciais são constituídos por valores depositados em conta remunerada e vinculada em bancos oficiais, com o objetivo de garantir a viabilidade do conhecimento dos recursos nas ações que a Entidade figura como parte.

Visando recuperar valores depositados em garantia de processos judiciais, a Entidade constituiu escritório de advogados especializados em recuperação desses créditos não sacados em processos encerrados.

Os bloqueios judiciais são recursos bloqueados pelo juiz, em recursos em conta corrente ou aplicações financeiras, até o montante do valor da causa nas ações que a Entidade é ré, como garantia de futura execução judicial contra a Entidade, pela outra parte se vencedora na ação.

### 9. Imobilizado e Intangível

Descrição	2022		2021
	Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido
Edificações e benfeitorias	60.745	(19.112)	41.633
Máquinas e equipamentos	8.288	(5.323)	2.965
Equipamentos médicos	47.211	(21.720)	25.491
Aparelhos diversos	1.772	(888)	884
Móveis e utensílios	4.706	(2.634)	2.072
Veículos	2.403	(1.682)	721
Equipamentos de informática	9.568	(6.500)	3.068
Outros ativos	14	-	14
Terrenos	2.777	-	2.777
Obras em andamento (a)	1.731	-	1.731
Recursos de doações e subvenções (b)	(34.000)	-	(34.000)
	<u>105.215</u>	<u>(57.859)</u>	<u>47.356</u>
			<u>46.869</u>

# ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## Intangível

Descrição	2022		2021	
	Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software	4.462	(3.757)	705	994
Obras de arte	126	-	126	126
Marcas e patentes	352	-	352	251
	<u>4.940</u>	<u>(3.757)</u>	<u>1.183</u>	<u>1.371</u>

- (a) Refere-se, principalmente, aos custos incorridos com a obras de ampliação de e requalificação de unidades do hospital, do novo refeitório e obras no Santuário da Santa Dulce dos Pobres;
- (b) A Entidade possui valores recebidos em doações e subvenções que devem ser investidos conforme estabelecido pela destinação do recurso. Com o advento da Lei n° 11.638/2007, deixaram de ser contabilizadas no Patrimônio Social e passaram a ser lançados como redutoras do ativo imobilizado, estando esses valores líquidos nos montantes de R\$ 34.000 em 31 de dezembro de 2022 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 29.649).

A Entidade mantém registrada reavaliação dos bens do ativo imobilizado, realizada quando ocorreu a adoção inicial do IFRS nas normas contábeis brasileiras, resultando em mais valia de R\$ 10.669 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 10.669), contabilizada a débito do ativo imobilizado em contrapartida da reserva de reavaliação no patrimônio líquido.

A movimentação do saldo no exercício é a seguinte:

Imobilizado em serviço - custo	2021	Adições	Baixas	Transf.	2022
Edificações e benfeitorias	56.801	694	(570)	3.820	60.745
Máquinas e equipamentos	7.517	864	(93)	-	8.288
Equipamentos médicos	41.704	5.731	(224)	-	47.211
Aparelhos diversos	1.729	51	(8)	-	1.772
Móveis e utensílios	4.052	780	(126)	-	4.706
Veículos	2.308	95	-	-	2.403
Equipamentos de informática	9.071	594	(97)	-	9.568
Outros ativos	366	-	(352)	-	14
Terrenos	2.777	-	-	-	2.777
	<u>126.325</u>	<u>8.809</u>	<u>(1.470)</u>	<u>3.820</u>	<u>137.484</u>
Depreciação acumulada					
Edificações e benfeitorias	(17.179)	(2.073)	-	140	(19.112)
Máquinas e equipamentos	(4.884)	(455)	16	-	(5.323)
Equipamentos médicos	(19.321)	(2.614)	215	-	(21.720)
Aparelhos diversos	(804)	(155)	71	-	(888)
Móveis e utensílios	(2.597)	(159)	122	-	(2.634)
Veículos	(1.494)	(188)	-	-	(1.682)
Bens de 3º nosso poder	(74)	-	74	-	-
Equipamentos de informática	(5.612)	(983)	95	-	(6.500)
	<u>(51.965)</u>	<u>(6.627)</u>	<u>593</u>	<u>140</u>	<u>(57.859)</u>
Subtotal	<u>74.360</u>	<u>2.182</u>	<u>(877)</u>	<u>3.960</u>	<u>79.625</u>
Obras em andamento	2.158	3.393	-	(3.820)	1.731
Valores provenientes de convênios (b)	(29.649)	(7.851)	3.500	-	(34.000)
Imobilizado líquido total	<u>46.869</u>	<u>(2.276)</u>	<u>2.623</u>	<u>140</u>	<u>47.356</u>

## ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Intangível

Descrição	2021	Adições	Baixas	Transf.	2022
Software	4.456	18	-	(12)	4.462
Obras de arte	126	-	-	-	126
Marcas e patentes	251	101	-	-	352
(A)	4.833	119	-	(12)	4.940
Amortização acumulada					
Software (B)	(3.462)	(307)	-	12	(3.757)
Total (A-B)	1.371	(188)	-	-	1.183

### 10. Fornecedores

Descrição	2022	2021
Medicamentos/material hospitalar	12.981	14.082
Produtividade médica	11.562	8.458
Energia	357	1.002
Água	467	3.419
Demais fornecedores	7.450	1.174
	32.817	28.135

### 11. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Encargos	2022	2021
Banco Santander S.A.	1,78%a.m.	-	5.017
Bradesco S.A. - CDC	11,35% a. a.	106	340
Banco do Brasil S.A.	CDI+0,70%a.m.	3.565	-
Fundação Irmã Dulce	INPC/104%CDI	7.205	2.631
Caixa Econômica Federal		8.546	-
		19.422	7.988
Circulante		5.448	5.272
Não circulante		13.974	2.716
		19.422	7.988

### 12. Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2022	2021
Salários a pagar	12.863	10.804
FGTS a pagar	2.126	2.062
Provisão de férias	22.232	20.491
FGTS s/ férias	1.871	1.678
INSS retido folha	1.668	1.902
	40.760	36.937

## ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### 13. Provisão para rescisões trabalhistas

Descrição	2022	2021
Provisão para rescisões - HO (i)	12.256	10.678
Provisão para rescisões - HRMDS (ii)	6.530	6.176
Provisão para rescisões - HES (iii)	1.289	1.196
Provisão para rescisões - HRJ (iv)	4.368	3.155
Provisão para rescisões - HCAFN (v)	-	47
Provisão para rescisões - HM (vi)	2.398	-
Provisão para rescisões - HPA (vii)	572	-
	<u>27.413</u>	<u>21.252</u>
Acordos trabalhistas	77	-
	<u>27.490</u>	<u>21.252</u>

A Entidade, com a finalidade de reconhecer os efeitos da Lei nº 8.647/2003 do Estado da Bahia a qual rege as atividades das Organizações Sociais no âmbito dos contratos com o Estado da Bahia, provisionou montante correspondente aos efeitos de rescisões trabalhistas de seus colaboradores lotados nos hospitais por ela administrados. A Entidade constituiu reserva de numerário no valor correspondente aos saldos da provisão:

- (i) Hospital do Oeste (HO): em 1 de fevereiro de 2017 foi assinado o Contrato de Gestão nº 011/2017. Em fevereiro de 2022 o 8º Termo Aditivo ao referido Contrato, prorroga a vigência do referido contrato com termo inicial em 1º de fevereiro de 2020 até 1º de fevereiro de 2023;
- (ii) Hospital Regional Doutor Mário Sobrinho (HRMDS): em 31 de janeiro de 2021, foi assinado o Contrato de Gestão nº 005/2020 para operacionalização da gestão e execução das ações e serviços de saúde no Hospital Regional Dr. Mário Dourado Sobrinho pelo período de 60 meses;
- (iii) Hospital Eurídice Santana (HES): contrato de gestão nº 016/2014, assinado em 1º de março de 2014 para a administração do hospital no município de Santa Rita de Cássia, Bahia, por um período de 2 (dois) anos. O Termo Aditivo 011/2018 prorroga a vigência do Contrato de 01 de março de 2018 até 28 de fevereiro de 2019, esse contrato teve seu termo final em 29 de fevereiro de 2020. A Entidade permanece na gestão da unidade hospitalar, sob a forma de prestação de serviço por indenização;
- (iv) Hospital Regional de Juazeiro: em dezembro de 2020 a Entidade assumiu emergencialmente a gestão do Hospital Regional de Juazeiro em Juazeiro-BA, hospital geral de referência da macrorregião do vale médio do São Francisco, com 182 leitos, por meio do Contrato Emergencial nº 206/2020, por 90 dias, em abril de 2021, foi assinado o contrato emergencial 006/2021, com vigência inicial de 90 dias prorrogáveis por 90 Em julho de 2022, foi publicado no DOE, o Contrato de Gestão Emergencial nº 02/2022, para gestão e execução das ações de saúde, no Hospital Regional de Juazeiro, pelo período de 90 dias. O hiato entre os contratos a Entidade permaneceu prestando serviços na unidade hospitalar sob indenização;
- (v) Contrato Emergencial Hospital de Campanha Arena Fonte Nova-HCAFN: em março de 2021, a Entidade atendeu à solicitação do Governo da Bahia, firmou com a Sesab o Contrato nº 001/2021, para a gestão e operacionalização dos serviços de saúde do Hospital de Campanha Arena Fonte Nova, exclusivo para enfrentamento à pandemia da COVID-19. O contrato foi encerrado em setembro de 2021;

## ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

### Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (vi) Hospital Metropolitano: em agosto de 2022, a Entidade firmou com a Sesab, o Contrato de Gestão Emergencial nº 005/2022, para a gestão e operacionalização dos serviços de saúde do Hospital Metropolitano em Lauro de Freitas-BA, para assistência universal e gratuita à população com vigência de 180 dias;
- (vii) Hospital Metropolitano: em agosto de 2022, a Entidade firmou com a Sesab, o Contrato de Gestão Emergencial nº 005/2022, para a gestão e operacionalização dos serviços de saúde do Hospital Metropolitano em Lauro de Freitas-BA, para assistência universal e gratuita à população com vigência de 180 dias.

#### 14. Provisão para riscos processuais - cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos processuais - cíveis e trabalhistas foram constituídas para fazer face às perdas prováveis em processos administrativos e judiciais relacionados a processos trabalhistas e cíveis, com expectativa de perda provável, segundo o aconselhamento e avaliação de Advogados e Assessores Jurídicos, como segue:

Descrição	2022	2021
Trabalhistas		
Plano Collor (a)	6.619	6.619
Outras	2.303	1.976
Subtotal	8.922	8.595
Cíveis (b)	987	867
	<u>9.909</u>	<u>9.462</u>

A movimentação dos saldos é apresentada a seguir:

	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	8.595	867	9.462
Adição	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	8.595	867	9.462
Adição	327	120	447
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>8.922</u>	<u>987</u>	<u>9.909</u>



(a) Plano Collor

A Entidade é ré em ação judicial, nº 00591-1996-000-05-0-00 RT, movida pelo Sindicato dos Profissionais de Enfermagem, Técnicos, Duchistas e Massagistas de Salvador, em que 616 profissionais questionam a compensação de 84,32% que teria sido realizada indevidamente na correção salarial de 1º de janeiro de 1992. A Entidade entrou com Ação Rescisória, objetivando a suspensão da execução que se promovia do processo, logrando êxito em parte, reduzindo o valor da condenação no Litígio Principal nº 01116-1992-004-05-00-0 RT. Após essa decisão, o Sindicato interpôs Recurso Ordinário, o qual foi negado, Embargos de Declaração, seguimento negado, interpôs Recurso Extraordinário, negado provimento ao recurso, opôs Embargos de Declaração que tiveram seu provimento negado em todas as instâncias. Foi mantido o Acórdão que julgou procedente em parte a Ação Rescisória, requereu a Entidade a sustação de todos os atos de liquidação do processo principal e a remessa dos autos para a 5ª Turma Recursal para que fosse cumprida a coisa julgada se completasse o julgamento do Recurso Ordinário da parte contrária, impugnando o laudo pericial contábil apresentado na ação principal a decisão proferida na Ação Rescisória, teve, portanto, seu trânsito em julgado na qual a Entidade logrou êxito parcial reduziu transitoriamente o valor da condenação advinda do Processo nº 01116-1992-004-05-00-0.

(b) Cíveis

A Entidade é ré em algumas ações cíveis movidas por pacientes que pleiteiam indenizações por erros médicos e danos morais.

Adicionalmente, a Entidade possui outros processos de naturezas tributárias, trabalhistas e cíveis avaliados como perdas possíveis, para os quais não foram constituídas provisões, cujos saldos em 31 de dezembro de 2022 somam R\$ 967 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 867). A Entidade julgou suficiente a provisão constituída no exercício social anterior.

Demandas judiciais com prognóstico de perda possível

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2022, a Entidade tem conhecimento de outros processos de naturezas cíveis e trabalhistas com prognóstico de perda possível que, na avaliação de seus assessores jurídicos, baseado na média histórica de acompanhamento dos processos ajustado às estimativas atuais, estão assim segregados: 71 processos cíveis, no valor estimado de perda de R\$ 2.252 e 105 processos trabalhistas no valor estimado de R\$ 1.945. A Administração da Entidade entende não ser necessária a constituição de provisão para eventuais perdas.

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

15. Patrimônio social

a) Fundo patrimonial

Composto pelo patrimônio de formação da Entidade, no montante de R\$ 8.198.

b) Doações e subvenções

Formado pelas doações de bens imóveis, veículos, equipamentos, ou pelos recursos doados especificamente para a aquisição de bens dessa natureza até 31 de dezembro de 2008, no montante de R\$ 19.705. A partir de 1º de janeiro de 2008, a Entidade passou a contabilizar esses valores em conta redutora do ativo originado pelas doações e subvenções, em analogia ao CPC 07 (R1) de 5 de novembro de 2010.

c) Reserva de reavaliação

Em 31 de agosto de 2005, a Entidade procedeu à reavaliação dos bens do ativo imobilizado. Com o advento da Lei nº 11.638/07, a Entidade decidiu manter o saldo da reserva de reavaliação em conformidade com as isenções permitidas pelo CPC 13, que está sendo apropriada ao superávit acumulado com base na depreciação e ou baixa dos bens reavaliados. Em 31 de dezembro de 2022 a Entidade possuía registrado na reserva de reavaliação o montante de R\$ 10.509 (2021 - R\$ 10.669).

d) Superávit/(déficit) acumulados

A Entidade nos dois últimos exercícios findos apresentou resultados deficitários, consequência de um cenário macroeconômico desfavorável, A Inflação dos preços dos insumos aplicados na prestação de serviços de saúde foi causa imediata da Pandemia da Covid-19, A remuneração dos serviços prestados ao SUS têm se mantido ao longo dos últimos anos sem reajuste, de maneira a reconhecer os efeitos da inflação acumulada e uma margem para manter as Entidades Filantrópicas com saúde financeira. A Entidade tem feito esforços no sentido de reduzir custos e despesas, bem como, atuando na sociedade com campanhas de incentivo à doação e junto ao Poder Público contratante para fornecer ajuda financeira, bem como reajustar adequadamente seu contrato de prestação de serviços ao SUS (ver Nota Explicativa nº 26).

## ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### 16. Receitas operacionais com restrição - programa de saúde

Descrição	2022	2021
SESAB - Hospital do Oeste	125.955	122.208
SESAB - HRMDS	71.049	63.760
SESAB - Hospital Eurídice Santana	8.810	7.628
SESAB - HRJ	72.496	74.658
SESAB - HCAFN	-	44.578
SESAB - HM	46.063	-
SESAB - HPA	9.662	-
PMS - HFS	25.166	66.092
PMS - UPA	17.699	8.666
	<u>376.900</u>	<u>387.590</u>

### 17. Programa de Assistência Social

A Entidade atua na área de Assistência Social por meio do Centro de Acolhimento à Pessoa com Deficiência João Paulo II - CAPD, do Centro de Geriatria e Gerontologia Júlia Magalhães - CGGJM, Centro Educacional Santo Antônio - CESA e do Programa Jovem Aprendiz.

O Centro de Acolhimento à Pessoa com Deficiência João Paulo II - CAPD, presta acolhimento e proteção integral a 71 pessoas, sem condição de auto sustentabilidade, em função da deficiência e da perda dos vínculos familiares e sociais. Os principais objetivos do CAPD são: favorecer o desenvolvimento pessoal, o bem-estar, a inclusão social e a desinstitucionalização dos internos, por meio da efetiva aplicação das políticas públicas. A faixa etária dos usuários está entre 29 e 76 anos, cerca de 50% estão internados há mais de 30 anos, em sua maioria, acolhidos pela própria Fundadora, Irmã Dulce. Desde o ano de 2005, tendo sido acolhidos pela própria Fundadora, Irmã Dulce. A partir de 2005, ninguém mais foi admitido no CAPD

O Centro de Geriatria e Gerontologia Júlia Magalhães - CGGJM atende ao idoso em risco social e portador de síndrome de fragilidade, por meio da prestação de cuidados básicos, propiciando atividades de socialização, lazer e terapias ocupacionais, objetivando melhorar a sua interação e autonomia. São 71 idosos admitidos no abrigo, que foram encaminhados por órgãos públicos ou ingressaram por meio de demanda espontânea.

A Entidade desenvolve ações voltadas para o oferecimento de proteção social básica a 763 crianças e adolescentes matriculados no Centro Educacional Santo Antônio - CESA, Escola Pública de ensino fundamental que funciona nas dependências de sua filial localizada no município de Simões Filho, na Bahia. São cerca de 500 famílias atendidas, com diversos níveis de carência: econômica, afetiva e cultural, decorrentes das condições de privação, identificadas pelo Serviço Social da Entidade. Embora a escola municipal, no cenário da pandemia da Covid-19, tenha permanecido fechada, os alunos receberam apoio pedagógico nas atividades escolares, respeitadas as limitações estruturais do Município de Simões Filho e da Entidade.

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Com o objetivo de promover a afirmação e efetivação dos direitos fundamentais desses usuários, o Programa de Inclusão Social-PIS, Convênio com a Prefeitura Municipal de Simões Filho - BA, com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, complementados com doações e recursos oriundos da venda de produtos produzidos, por meio do Centro de Panificação mantido pela Entidade, No exercício findo em 2022, a Entidade não recebeu recursos de convênio FMDCA de Simões Filho e outros convênios destinados especificamente para apoio das atividades de assistência no município de Simões Filho-BA.

As receitas geradas nas atividades comerciais são destinadas à manutenção das atividades de assistência social, bem como, parte das receitas arrecadadas com doações sem destinação específica.

Com o objetivo de promover a afirmação e efetivação dos direitos fundamentais desses usuários, o Programa de Inclusão Social-PIS, Convênio com a Prefeitura Municipal de Simões Filho - BA, com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, complementados com doações e recursos oriundos da venda de produtos produzidos, por meio do Centro de Panificação Santa Dulce, mantido pela Entidade.

Estas atividades de apoio à Assistência Social com receita total no montante de R\$ 3.509 (31/12/2021 - R\$ 2.183), foram reconhecidas no Resultado do Exercício na rubrica Assistência Social.

#### Programa Dulce Aprendiz (Jovem Aprendiz)

O Programa Dulce Aprendiz foi registrado em 30 de novembro de 2015, sob o nº 43.117, pela portaria MTE 723/12, com cadastro no CNAP do curso Técnico em operações administrativas, aprovado pelo CMDCA - Salvador - BA, sob nº 036/92, conforme a lei 10.097, de 19 de dezembro de 2000.

A Entidade forma o aprendiz, atualmente no curso Auxiliar Administrativo com a carga horária total de 1.280 horas, sendo 400 horas de teoria e 880 horas de prática. O Programa visa prioritariamente atender jovens e adolescentes, em situação de vulnerabilidade social, entre 14 e 24 anos, com exceção dos portadores de deficiência para os quais não há limite de idade. Os jovens são pré-selecionados após inscrição no site da Entidade, com aplicação de um questionário social, redação e entrevista. Os jovens são encaminhados para participarem da seleção quando solicitado pelas empresas que precisam cumprir a cota de contratação do Jovem Aprendiz. Aqueles que forem aprovados farão a formação da Aprendizagem Profissional por meio de aulas teóricas e práticas de trabalho nas dependências da Entidade Formadora, sendo que os jovens que tiverem menos de 18 anos fazem a formação prática na própria empresa contratante. As empresas contratantes passam a ser parceiras do nosso Programa de Aprendizagem e são elas as responsáveis pelo cumprimento das Leis Trabalhista no que se refere ao contrato do jovem aprendiz.

## ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Há também a cobrança à empresa parceira de uma contribuição mensal por aprendiz/mês, com a média de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais). Para participantes do programa há gratuidade integral, em 2021 foram 116 jovens. As taxas cobradas das empresas parceiras são aplicadas na manutenção do Programa Dulce Aprendiz. Toda atividade de Assistência Social é prestada gratuitamente, sem a exigência de qualquer contraprestação, obedecidas as condições da legislação vigente, dos usuários moradores ou não moradores, sejam eles idosos ou pessoas com deficiência, crianças, adolescentes ou jovens, bem como, de qualquer pessoa que seja beneficiada por ações ou programas.

### 18. Sistema Único de Saúde - PO

Descrição	2022	2021
Plano operativo	134.444	125.415
FAEC/alta complexidade	41.156	35.527
	<u>175.600</u>	<u>160.942</u>

Desde setembro de 2004, a Entidade assinou contratos para a prestação de serviços de saúde, colocando à disposição do Gestor Público de Saúde, pela integração à rede regionalizada e hierarquizada do Sistema Único de Saúde-SUS todos os seus leitos hospitalares, bem como integralmente a prestação de serviços ambulatoriais, contratualizados com a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia - SESAB. Os contratos estabelecem metas quantitativas, qualitativas e financeiras, remunerando-as com uma parte fixa que corresponde à produção de procedimentos de baixa e média complexidade, incentivo destinado aos hospitais-escola, incentivo à contratualização e a uma parte variável que abrange procedimentos de Alta Complexidade e ao FAEC (Fundo de Ações Estratégicas e Compensação), mas submetido a teto físico-financeiro.

### 19. Custo dos serviços prestados - Saúde

Descrição	2022	2021
Hospital Santo Antônio	(203.138)	(187.321)
SESAB - Hospital do Oeste	(112.885)	(108.639)
SESAB-Hospital Eurídice Santana	(8.664)	(7.874)
SESAB - HRDMDS	(69.123)	(68.314)
SESAB - HRJ	(83.795)	(72.261)
SESAB - HCAFN	130	(39.791)
SESAB - HM	(30.349)	(39.791)
SESAB - HCAFN	(4.978)	(39.791)
PMS - HFS	(23.259)	(54.962)
PMS - UPA Santo Antônio	(19.054)	(9.416)
	<u>(554.942)</u>	<u>(548.578)</u>

## ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 20. Despesas com pessoal

Descrição	2022	2021
Salários	(14.336)	(9.662)
Férias	(1.816)	(1.225)
FGTS	(1.572)	(975)
13º salário	(1.255)	(839)
Vale transporte	(172)	(104)
Desconto aviso prévio	(174)	(72)
Bolsa estágio	(11)	(9)
Seguro	(33)	(25)
Outras	(94)	(203)
	(19.463)	(13.114)

### 21. Despesas gerais e administrativas

Descrição	2022	2021
Manutenção	(1.940)	(1.429)
Serviços de terceiros	(2.576)	(2.127)
Energia elétrica	(1.656)	(1.064)
Aluguéis	(1.304)	(972)
PECLD	270	-
Provisão para contingências	(447)	-
Água	(752)	(56)
Doações efetuadas	(110)	-
Impressos	(3)	(3)
Telefone	(86)	(66)
Refeições	(37)	(31)
Manutenção de veículos	(11)	(3)
Seguros	(34)	(31)
Contribuições	(34)	(12)
Despesas com viagens	(60)	(13)
Treinamento	(4)	(14)
Outras	(459)	(275)
SESAB - HRMDS (a)	(2.190)	4.464
SESAB - Hospital Eurídice Santana (a)	(343)	189
SESAB - Hospital do Oeste (a)	(14.990)	(14.598)
SESAB - Hospital Regional de Juazeiro (a)	(11.443)	(2.409)
SESAB - Hospital de Campanha Arena Fonte Nova (a)	(130)	(4.747)
SESAB - Hospital Metropolitano (a)	(15.435)	-
SESAB - Hospital de Paulo Afonso (a)	(4.649)	-
PMS - Hospital Família Sagrada (a)	(1.909)	(10.659)
PMS - UPA Santo Antônio (a)	1.351	753
	(36.095)	(33.623)

(a) Correspondem à reclassificação das despesas ou receitas dos contratos de gestão para o ativo ou passivo circulante, até o limite dos seus respectivos déficits ou superávits do exercício.

## 22. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

As atividades da Entidade a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Entidade se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Entidade.

A gestão de risco é realizada pela alta Administração da Entidade, que identifica, avalia e protege a Entidade contra eventuais riscos financeiros.

### Risco de mercado

#### i) Risco cambial

O risco associado decorre da possibilidade de a Entidade vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2022, a Entidade não possuía exposição cambial significativa, não existindo nenhum instrumento de proteção cambial.

#### ii) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Empresa sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, sempre que possível, a Empresa efetua captação de recursos utilizando taxas prefixadas. Substancialmente, a Empresa está exposta à oscilação da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e SELIC, que remunera suas aplicações financeiras e suas dívidas.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores aos quais a Empresa estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2022, foram definidos três cenários diferentes com base em projeções divulgadas por instituições financeiras. Foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, a qual foi definida como cenário provável e, a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculado o “resultado financeiro” não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações financeiras e o fluxo de vencimentos ou resgates de cada operação.

A data-base utilizada foi 31 de dezembro de 2022, projetados por um ano e verificando a sensibilidade do CDI.

## ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Em 31 de dezembro de 2022 a Entidade possuía um contato de CDC de empréstimos e financiamentos com taxa de juros pré-fixada em 11.35% a.a., com saldo devedor de 4 parcelas, bem como dois contratos de mútuo com a Fundação Irmã Dulce no valor de R\$ 2.808 atualizado pelo INPC e outro no valor de R\$ 4.397 atualizado pela taxa de 104%CDI; Capital de Giro junto à Caixa Econômica Federal, com saldo devedor de R\$ 8.546, com encargos de 8,66% aa (ver Nota Explicativa nº 11).

### iii) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a receber.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

A Administração avalia a qualidade do crédito, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

A Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, além da provisão já constituída.

### iv) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Entidade.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Entidade, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Saldos em 31 de dezembro de 2021			
Fornecedores	28.135	-	-
Empréstimos e financiamentos	5.272	2.716	-
	<u>33.407</u>	<u>2.716</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022			
Fornecedores	32.817	-	-
Empréstimos e financiamentos	5.448	13.974	-
	<u>38.265</u>	<u>13.974</u>	<u>-</u>



Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### 23. Seguros

Os bens, interesses e responsabilidades estão segurados por valores que a Administração considerou suficientes para cobertura de eventuais perdas, cujo montante segurado foi de R\$ 289.836 (2021 R\$ 117.829), incluindo bens de terceiros.

As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos Auditores Independentes.

### 24. Imunidade e isenção dos impostos e contribuições

A Entidade é imune a impostos e contribuições, nos termos da Constituição Federal, artigo 150, parágrafo VI item c, pelo fato de ser uma entidade sem fins econômicos ou lucrativos, e obteve renovação do CEBAS - Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos.

Em 14 de fevereiro de 2020, foi publicada no Diário Oficial da União-DOU a Portaria SAES/DCEBAS/MS nº10, de 10 de fevereiro de 2020, a qual defere a renovação do CEBAS da Entidade para o triênio 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2021. Caso não possuísse o referido Certificado, seria devido o montante aproximado de R\$ 64.806, no exercício de 2022 (2021 - R\$ 60.274), a título de contribuição previdenciária patronal (ver Nota Explicativa nº 26). Em 23 de setembro de 2022, por meio do Ofício nº 416/2022/CGSUP/DECEBAS/SAES/MS, o DCEBAS em cumprimento da Lei 12.101/2009, abriu processo de supervisão da concessão do CEBAS triênio 2019-2021. Em 26 de outubro de 2020 a Entidade protocolou declaração do Gestor estatual do SUS confirmando que a Entidade ofertou e prestou serviços ao SUS nos anos de 2019, 2020 e 2021, objeto de questionamento no procedimento de supervisão, uma vez que a Entidade prestou serviços ao SUS sem contrato:

Descrição	2022	2021
INSS Empresa	45.004	41.857
Terceiros	13.051	12.138
SAT	6.751	6.279
	64.806	60.274

A Entidade atua preponderantemente na área de saúde, de acordo com a Lei Complementar nº 187/2021. Desse modo, ofertou em conformidade a referido arcabouço legal, no mínimo 60% de seus serviços ao SUS:

- (i) Comprovou o cumprimento das metas estabelecidas em convênio ou instrumento congênere celebrado junto ao gestor local do SUS;

## ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

### Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- (ii) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, realizou o somatório das internações realizadas e o total de procedimentos ambulatoriais:

<u>Descrição</u>	<u>Quantitativo de internações hospitalares (não auditado)</u>	<u>Número de pacientes-dia (não auditado)</u>	<u>Quantitativo de atendimentos ambulatoriais (não auditado)</u>
SUS	<u>17.672</u>	<u>218.885</u>	<u>2.082.448</u>
Total	<u>17.672</u>	<u>218.885</u>	<u>2.082.448</u>
Percentual de serviços ofertados ao SUS	<u>100%</u>	<u>100%</u>	<u>100%</u>

#### 25. Informação por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes que desenvolvem atividades de negócios:

- (i) Que podem obter receitas e incorrer em despesas;
- (ii) Cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho; e
- (iii) Para os quais haja informação financeira individualizada disponível.

# ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

## Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Entidade definiu dois segmentos operacionais, que são gerenciados, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas pela Administração da Entidade. As políticas contábeis desses segmentos operacionais são as mesmas descritas nas notas explicativas das respectivas rubricas das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022:

Descrição	Saúde		Assistência Social		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Receitas operacionais brutas						
Com restrição:						
Programa de saúde/convênio	24.616	8.517	-	-	24.616	20.368
Programa de saúde	376.900	208.711	-	-	376.900	387.590
Programa de assistência social	-	-	3.509	2.183	3.509	2.183
Rendimentos financeiros	2.583	96	-	-	2.583	469
Subvenções	3.629	-	-	-	3.629	-
Sem restrição:						
Sistema único de saúde - POA	175.600	162.763	-	-	175.600	160.942
Doações	19.911	9.352	-	2.617	19.911	20.835
Vendas de produtos e mercadorias	-	-	18.993	13.892	18.993	13.892
Outros recursos recebidos	3.039	2.652	-	-	3.039	4.109
	<u>606.278</u>	<u>392.091</u>	<u>22.502</u>	<u>18.692</u>	<u>628.781</u>	<u>611.388</u>
Custos dos serviços prestados e produtos vendidos						
Saúde/Assistência social						
Com pessoal	(232.298)	(139.301)	(7.004)	(8.150)	(239.303)	(236.990)
Serviços médicos	(124.107)	(77.142)	(41)	(631)	(124.148)	(118.403)
Gerais e administrativas	(50.952)	(41.521)	(4.177)	(3.722)	(55.129)	(62.487)
Material médico hospitalar	(114.371)	(60.064)	(477)	(1.237)	(114.848)	(110.739)
Materiais diversos	(30.964)	(11.189)	(2.279)	(1.144)	(33.242)	(32.451)
Depreciação	(2.250)	(2.346)	(153)	(207)	(2.403)	(2.599)
CPV/CMV	-	-	(12.321)	(9.710)	(12.321)	(9.710)
	<u>(554.942)</u>	<u>(331.563)</u>	<u>(26.452)</u>	<u>(24.801)</u>	<u>(581.394)</u>	<u>(573.379)</u>
Resultado operacional bruto	<u>51.336</u>	<u>60.528</u>	<u>(3.949)</u>	<u>(6.109)</u>	<u>47.387</u>	<u>37.009</u>
Receitas (despesas) operacionais						
Despesas com pessoal	(18.577)	(21.656)	(886)	(567)	(19.463)	(13.114)
Despesas gerais e administrativas	(8.654)	(6.856)	(413)	(286)	(9.067)	(6.620)
PECLD	270	-	-	-	270	-
Provisão para contingências	(447)	(1.000)	-	-	(447)	-
Sesab-Contratos de Gestão	(26.851)	(28.799)	-	-	(26.851)	(27.003)
Materiais diversos	(1.707)	(8.232)	(81)	(72)	(1.788)	(1.673)
Depreciação	(722)	(706)	(34)	(62)	(756)	(1.438)
Outras receitas	3.652	2.469	97	-	3.749	2.860
	<u>(1.700)</u>	<u>(4.252)</u>	<u>(5.266)</u>	<u>(7.097)</u>	<u>(6.966)</u>	<u>(9.979)</u>
Receitas financeiras	1.034	178	-	-	1.034	612
(Despesas financeiras)	(2.756)	(840)	(131)	(58)	(2.887)	(1.337)
Cota patronal INSS	64.806	(42.170)	-	-	64.806	60.274
Reversão Cota patronal INSS	(64.806)	42.170	-	-	(64.806)	(60.274)
Déficit do exercício	<u>(3.422)</u>	<u>(4.914)</u>	<u>(5.397)</u>	<u>(7.155)</u>	<u>(8.819)</u>	<u>(10.704)</u>

## 26. Eventos subsequentes

### Contratos de Prestação de Serviço

Em 05 de maio de 2023, foi publicada a Portaria GM/MS nº 556, destinando ao Hospital Santo Antônio pertencente à Entidade para a manutenção das ações e serviços públicos de saúde o valor de R\$ 27.800, dos quais R\$ 20.800 será incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) do Estado da Bahia e R\$ 7.000 em parcela única ao Estado da Bahia para repasse à Entidade.

### Renovação Contrato Gestão do Hospital Regional de Juazeiro RJ

Em janeiro de 2023 foi publicado no DOE o Contrato de Gestão Emergencial nº 001/2023, com vigência de 90 dias e valor global de R\$ 22.724. Ao fim desse Contrato Entidade continua prestação serviços naquela unidade hospitalar sob indenização, até que seja novo contrato seja firmado, ou seja aberto processo licitatório para contratação de prestador de serviços.

### Renovação Contrato Gestão do Hospital do Oeste

O 9º Termo Aditivo ao Contrato nº 011/2017, promove a implantação do bloco de oncologia o Centro de Parto Natural e a Casa da Gestante, Bebê e Puérperas, com termo inicial em janeiro 2023 até fevereiro de 2023, reajusta o valor mensal para R\$ 11.862. A Unidade até a data, está sob indenização até a conclusão do processo de seleção pública.

### Renovação Contrato Gestão do Hospital Regional Dr. Mário Dourado Sobrinho

Na edição do DOE de 26 de janeiro de 2023 foi publicado o 3º Termo Aditivo ao Contrato 005/2020, com incremento do serviço de Hemodinâmica ajuste de leitos e metas, prorrogando o referido Contrato de 01/2023 até 01/2025, bem como, reajustando o valor mensal para R\$ 5.438.

### Hospital Metropolitano

A Entidade continuou prestando serviços na unidade hospitalar sob indenização até junho de 2023, estando em processo de encerramento da prestação serviços e devolução da unidade ao Governo do Estado.

### Hospital de Paulo Afonso

O contrato de Gestão Emergencial nº 006/2022, foi a termo em fevereiro 2023, contudo, a Entidade continua prestando serviços naquela unidade hospitalar sob indenização até que seja firmado um novo contrato emergencial ou até contratação de novo prestador decorrente de seleção pública.

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### Contratos OS/Prefeitura Municipal de Salvador

##### Hospital Família Sagrada

Em março de 2023, foi firmado o 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 489/2022, prorrogando a vigência para maio 2023, valor global R\$ 13.766. A Entidade continua prestando serviços na unidade hospitalar enquanto aguarda definição sobre a assinatura de novo termo aditivo ou abertura de procedimento licitatório.

##### CEBAS

Em dezembro de 2021, foi editada a Lei Complementar nº 187/2021, que revogou a lei 12.101/2009 e outros dispositivos legais que até então regulavam a concessão e a manutenção do CEBAS, ainda em dezembro de 2021, a Entidade protocolou pedido de renovação do CEBAS sob o nº 25000.187277/2021-00, vez que seu Certificado vencia em 31 de dezembro de 2021, embora, a novel Lei disponha no artigo 40 § 1º sobre a prorrogação até 31 de dezembro de 2022 dos Certificados vigentes, cujo requerimento de renovação não tenha sido apresentado até a data de publicação da Lei Complementar, em 20 de setembro de 2022, foi publicada no DOU a Portaria 619 prorrogando o CEBAS até 31 de dezembro de 2022. Em 23 de dezembro de 2022 foi protocolado no sistema SISCEBAS do Ministério da Saúde, o pedido de renovação do referido Certificado sob o nº 25000175330/2022-01, para o triênio 2023-2025. Até a presente data, não houve manifestação do Ministério da Saúde a respeito da renovação do Certificado.